

58.3. Crónica 58. set 2008
EUCÍSIA (ALFÂNDEGA DA FÉ) setº 2008



foto da Eucísia vista da quinta de Magalhães hoje designada **TURISMO RURAL BELA VISTA**, explorado por uma prima direita da minha mãe que é da minha idade. À esquerda o vale da Vilarça e em frente depois da Eucísia, fica Sambade.

Em 2006, a Eucísia era, assim, caracterizada pelo seu edil como ainda tendo agricultura, construção civil e pecuária. Esta era a aldeia de nascença da sua avó materna e da sua mãe, cognominada “a terra das feiticeiras”. Desconheço onde descortinou, no rol dos seus habitantes, pessoas para tais mesteres. A média de idades dos poucos habitantes é setuagenária.

“A beleza das paisagens e a água em abundância são as principais riquezas da terra, que vii partir a juventude para terras longínquas. Aqui não há emprego. A única fonte de rendimentos é a agricultura, o que levou os jovens a emigrar”, lamenta José Carlos Pimentel, Presidente da Junta de Freguesia. A festa e romaria de S. Sebastião celebram-se no primeiro domingo de setembro. Os oragos são S. Paio e Santa Justa e Como património existe o Santuário neolítico de Revides, a fonte da Gricha e o forno dos mouros.

Na gastronomia enchidos e queijo de ovelha churra. O artesanato limita-se a Rendas e Bordados. Apenas uma coletividade existia, em 2006, o Grupo Desportivo e Cultural da Eucísia.

Lia-se no Diário de Trás-os-Montes (2009):

[A] Eucísia, no concelho de Alfândega da Fé, é conhecida pelas lendas das feiticeiras e pelo património histórico e arqueológico. Pelas ruas da aldeia pessoas, na maioria idosas, recordam os tempos em que os jogos de roda e o convívio preenchiam os dias. Os tempos de antigamente permanecem gravados na memória, tal como as lendas que associam a localidade a “terra de feiticeiras”. “Ouvi contar a lenda das feiticeiras aos antigos. Diziam que veio para cá um padre que se embebedou, e, no dia seguinte, acordou na loja de um cavalo. Então espalhou que foram as bruxas que o levaram para lá”, explicou Adélia Monteiro, de 67 anos. A partir daí, quem passava temia o poder das feiticeiras e alguns até traziam trovisco para as afugentar. “Contava-se que passou por aqui um homem a cavalo num burro que trazia um ramo de trovisco. As mulheres sentiram-se ofendidas e juntaram-se todas para bater ao forasteiro”, recorda Maria Alice, outra habitante (pouco mais velha do que eu) antiga vizinha bem conhecida da minha família. O tempo passa devagar num local de sossego e calma transmitida pela natureza imutável há séculos

Mas a verdadeira Lenda das Feiticeiras é esta:

Reza a lenda que quando esta freguesia integrava o arcebispado de Braga era, amiúde, visitada por um padre do Minho. O sacerdote vinha incumbido da função de visitar a Igreja e verificar se tudo corria bem pela paróquia. O abade era também pessoa de boa mesa e boa pinga, fazendo jus a uma característica que, durante muitos anos, esteve associada a estas figuras.

Certa noite, depois de um jantar muito bem comido e ainda melhor bebido na casa onde, habitualmente ficava hospedado em Eucísia, o padre foi-se deitar.

A meio da noite e para fazer face às necessidades fisiológicas sentidas dirigiu-se às cavalariças.

No entanto, embalado pelo sono ou pela bebida, aí se deixou ficar até de manhãzinha, altura em que deram com ele a dormir neste local.

Em tom de desculpa disse não se recordar como tinha ido ali parar e atribuiu tal feito às Feiticeiras. Foi assim que a Eucísia ficou conhecida como terra das feiticeiras.

Desde então quem passava pela localidade temia o poder destas feiticeiras e até havia quem trouxesse trovisco para as afastar.

Era eu ainda um infante quando pensava (ninguém me explicara o oposto) que as feiticeiras fossem a avó e as tias-avós. Não sabia porquê, nem o conseguia explicar nos atos delas, mas imaginava que se aquela aldeia era das feiticeiras, elas o poderiam ser, mesmo sem me causarem calafrios ou medo a mim e a outras crianças.

Podia acontecer que só fizessem feitiços aos que não pertenciam à família ou aos que não pertencessem à aldeia que nada mais era do que um destino sem saída, um mero desvio de 1,5 km em terra, na estrada de macadame que ligava Alfândega da Fé à Junqueira.

Uma parte inicial da Rua Direita (as casas mais importantes estavam aí) tinha o piso em calçada, todo o resto lá para riba rumo à capela de São Sebastião, era em terra poeirenta ou lamacentas.

À exceção do miradouro da Capela de S. Sebastião, no cimo do monte mais alto, no termo da aldeia, com exuberante vista para o Vale, não se ia a lado nenhum. Acabava ali. Tal-qualmente uma ilha perdida. Princípio e fim de muitas vidas sem porta de saída para outras paragens. Muitos foram os que dali jamais abalaram, mas uma vez saídos poucos eram os que regressavam.

Uma verdadeira ilha esquecida no nordeste transmontano. Como tantas outras, ia a caminho da sua total desertificação em finais de 2005. Milhentas vezes visitei a Capela de S. Sebastião, nos anos 1960, nessa época sempre de portas abertas. Ia-se lá com o único intuito de observar o glorioso pôr-do-sol sobre o Vale da Vilarça.

Sentava-me nos degraus à espera que o sol baixasse. Ainda não havia máquinas digitais, mas eu tinha um velho “caixote” Kodak com o qual tirava fotos que, infelizmente, não chegaram até hoje.

Guardei no subconsciente as imagens que tento descrever com palavras. A pequena capela em honra do santo era igual a tantas que por aí há, dedicadas a um qualquer outro santo, no cimo dum qualquer monte. Hoje já quase não há gente na aldeia e a Capela está sempre fechada, mas há estradas asfaltadas ligando a Eucísia ao lugar vizinho de Santa Justa e a Vilarelhos, por onde não viajam as gentes das terras pois as não há, mas por elas circulam turistas de ocasião de visita a esses jardins zoológicos em que as aldeias quase desertas se tornaram...

Dantes, era apenas aquele insignificante desvio poeirento, quase impercetível, na estrada entre Alfândega da Fé e a Junqueira, serpenteando pelos montes retalhados por curvas, à sombra imponente da Serra de Bornes e com o olhar deitado para o fértil Vale da Vilarça.



Eucísia em 1982 e em 2016 Capela de São Sebastião



vista para o vale da Vilarça

Na Eucísia, o povo dedicou a Matriz aos seus padroeiros, S. Paio e Santa Justa. É um templo modesto, com quatro altares e humilde fachada que hoje está a escassos metros duma habitação de “franceses” (emigrados nos anos 1960) logo ao início da Rua Direita. A Igreja, logo na entrada do povoado, fica na descida, num adro triangular onde confluem as duas principais vias da aldeia, curiosamente localizada de costas para a estrada e voltada para a povoação, se bem que escondida desta.

Teria sido melhor orientar a fachada para qualquer um dos outros três lados, sem que as habitações à sua volta se sobrepusessem à sua fachada e quase a abafassem totalmente, mas atualmente não faz grande diferença pois já não há fiéis nem padres para ali oficiarem, apenas a feiura duma casa de emigrantes com ferros forjados a colorir a sombra do alçado da Igreja.



Igreja da Eucísia

Na Eucísia há um inestimável património: o santuário rupestre onde foram encontradas e decifradas duas lajes de grandes dimensões, as “pedras escritas” da quinta de Ridevides, conhecida como Revides, no extremo da freguesia, a duzentos metros da Ribeira da Vilarça e a 300 m da aldeia de Santa Justa.

O que são as Pedras Escritas? Um conjunto de gravuras rupestres proto-históricas sobre um bloco de xisto rente ao solo, com uma superfície quase lisa, orientado a sudoeste. As gravuras consistem em triângulos, formas em escada, cruciformes, quadrados, retângulos e ferraduras. O afloramento principal tem um motivo central de tipo idoliforme.

Também Alfândega da Fé está pejada de restos neolíticos, castros, e fortificações medievais quase todas destruídas ou em ruínas. Hoje, só se ouve falar destas terras para vituperar a construção da barragem do Baixo Sabor.



eu em 1982, e à direita com as suas 6 portas a casa dos meus bisavós, estando a primeira parte descaracterizada e “modernizada” desde a década de 1970



vista da figueira, já seca, nas traseiras em 2010

A casa dos meus avós está também abandonada e arruinada, como tantas outras, sucumbindo à inexorável e reivindicativa voragem do tempo.

A natureza readquire tudo que o homem constrói. Não houvera um pastor Manuel Cordovão, como no livro [de Daniel de Sá] “O Pastor das Casas Mortas”, para cuidar daquela e doutras casas. Iam ficando desabitadas, os donos ausentes ou mortos sem que alguém fosse lá acender a lareira da sua história, da família que ali tinha vivido e sonhado.

Ali, albergavam-se memórias de meninice que nenhuma autobiografia publicitaria. Além, habitavam esconsos sonhos e pensamentos que nunca chegariam a ser escritos numa folha de papel.

Era o refúgio secreto da infância que a idade e a maturidade não revelavam nunca nem às almas gémeas. Havia toda uma mitologia lendária de contarellos, de pequenos episódios e de grandes celebrações pascais, que a recordação desvanecera e atenuara, mas, conquanto esmaecida, ainda havia fragmentos de imagens, sons e cheiros a preservar.

Do brasão original com as armas da família Madureira Magalhães e do armário, antiquíssimo de séculos, onde estava embutido, nada restava além da imagem que uma máquina fotográfica, a preto e branco, registara na década de 1960.

Esse aparador e outras peças ancestrais foram sucessivamente vendidos ou trocados por candeeiros de plástico e quejandos modernismos. Um aparador (armário) daqueles, valia uns bons quinhentos mil réis (500\$00 escudos = € 2.50 euros) que era em 1965 o valor dum novo lampião de plástico com três velas elétricas para pendurar nos altos tetos de talha, trabalhados e pintados à mão.

Na época, na família quase ninguém valorizava antiguidades. Os que as poderiam apreciar não viviam lá, afastados destas e outras transações mundanas labutando no bulício impiedoso das cidades onde trabalhavam.

Muitos foram os antiquários da época que enriqueceram fazendo uma verdadeira razia pelo interior do país em busca de peças valiosas.

Em casa apenas uma única peça antiga sobreviveu e data de 1794. É um clavicórdio, com algumas teclas ainda em bom estado, a maioria das cordas intacta, mas a necessitar de uma reparação profunda e dispendiosa. Ninguém se preocupa ou se dá ao trabalho de o preservar. Eu fizera várias tentativas para o tirar de lá, mas nunca conseguira arranjar transporte seguro para tão delicado aparelho. Era a única coisa de valor que restava na casa.



No séc. XV, os primeiros clavicórdios tinham 20-22 cordas de latão, a vibrar num sistema simples e original, mas pouco eficaz. Na ponta da tecla havia uma pequena lâmina metálica (chamada tangente), montada em posição vertical. O movimento da tecla fazia a tangente encostar à corda que era então mais "agitada" do que vibrada. Entre o séc. XV e XVIII o clavicórdio passou por vários estádios experimentais numa interessante evolução. As teclas aumentaram para 50, agrupadas sobre 5 pestanas, tal como no KE chinês, um instrumento de corda beliscada.

Foi em 1725 que o germânico Daniel Faber fabricou um clavicórdio com uma corda para cada tecla e uma fita de feltro entrelaçada na parte não vibrante das cordas para evitar vibrações desnecessárias e desagradáveis.



É, portanto, desta época o clavicórdio que existe lá em casa.

No início do séc. XVIII o clavicórdio reúne já quatro características do piano moderno: Tambo harmónico independente, cordas de metal, a agitação da corda por percussão e finalmente os abafadores para interromper a vibração das cordas quando se larga a tecla. Apesar do seu volume de som ser muito fraco, o clavicórdio produzia delicados gradientes de toque, permitindo executar crescendos e diminuendos como até então não tinha sido possível. João Sebastião e Emanuel Bach escrevem para este instrumento, tirando partido das possibilidades de vibrato que o mecanismo proporciona.

Tem-se deteriorado progressivamente. Eu não sou um herdeiro direto, a minha mãe é. O clavicórdio está abandonado e condenado a apodrecer.

Quem sabe quais os seus avoengos que o terão tocado, e para quê?

*Teria sido usado em declarações apaixonadas de amor ou em estudos religiosos que a isso também eram afeitos?
Teria servido para alguma cerimónia mais formal na Igreja que ali ao lado foi construída no século XIX?
Teria servido para entreter os convivas que vindos de longe visitavam aquela imponente casa de gente culta e dada à música?*

Da coleção de instrumentos, em tempos, existente naquela casa, sobraram apenas os do bisavô que um primo seu em Ponta Delgada ora guardava ciosamente.

Não sobrevivera o bandolim de oito cordas, pertença do meu avô de Vimioso que recorde vagamente ter sido tocado nas férias, a contragosto da minha avó materna que não ia muito em assuntos de música, fosse ela qual fosse.

Dos meus tios e tias-avós não lhes sabia dons musicais pelo que se presume terem perdido a vocação do bisavô.

Lá havia centenas de livros, que outro primo começara a roubar nos idos de 1950 e a cuja rapina nada escapou. Alguns, segundo o meu pai afirmara, eram bem antigos e valiosos. Devem ter sido vendidos ao ferro-velho, aos antiquários, alfarrabistas ou meramente serviram de pasto ao lume que ardia ininterruptamente na cozinha nova. Também podem ter servido, em tempos idos, para acompanhar os longos serões de inverno.

Quem sabe até se a leitura não era entremeada pela execução no clavicórdio, de trechos de Bach, Mozart ou Chopin que eram mais “levezinhos” e talvez fossem mais do agrado dos seus antepassados.

Nada disto se sabe nem se saberá. Nem a sua mãe guarda memórias de tais eventos na meninice ali passada, antes de ir para Bragança estudar.

É curioso haver tantas perguntas e ninguém sobrevivo para lhe dar resposta. Pena não as ter questionado enquanto podia, mas então os seus interesses eram outros e não estava inclinado a recriar mentalmente os hábitos e costumes dos seus antepassados e quando se interessou por isso estava a mais de 18 mil quilómetros de distância.

Restava especular qual o uso intenso, a avaliar pelo estado do teclado, que o clavicórdio terá tido em mais de duzentos anos de existência.

Como terá chegado até ali? Transbordado de cavalo em cavalo ou passado de carruagem em carruagem, desde a remota Alemanha até aquele recôndito lugar nessa ilha perdida do nordeste transmontano.

Como terá sido encomendado? Terá alguém ido, propositadamente, ao fabricante buscar tão valioso instrumento?

Porquê um clavicórdio que até é mais típico das mãos femininas do que o seu parente mais comum, o piano?

Podem adiantar-se vários cenários alternativos, pode até ter sido ganho num qualquer jogo de azar ou de cartas a algum nobre das vizinhanças.

Ou seria o cumprimento de uma promessa à mulher ou a uma filha como forma de a dotar de mais um predicado para o competitivo mercado matrimonial em meios tão restritos como aquele?

Quem teria sido a sua tia-bisavó ou trisavó, que teria recebido aquele presente divinal para enlear com as suas mãos mágicas os sons capazes de fazer qualquer homem de bem render-se a seus pés?

Por outro lado, não poderia ser uma oferta ou retribuição de um clérigo à importante família local por benesses concedidas à Santa Madre Igreja?

Seria daí que nascera a história de um seu trisavó ter sido cónego?

Seria mais fácil explicar a proveniência do clavicórdio numa qualquer ligação à Igreja. Estas e outras questões nunca teriam resposta, morreram juntamente com quem as poderia responder.

(final feliz: em setembro 2015, após algumas tribulações de transporte e guarida de quase cinco anos, foi oferecido por doação, e o instrumento passou a figurar no Museu da Graciosa onde terá uma velhice mais protegida)

Naquela família, como em muitas outras, as pessoas eram sempre tão ciosas dos seus segredos que nunca revelavam senão a pontinha do véu, mantendo toda a história da família envolta em mil e um mistérios, mentiras, inverdades e semiverdades na obrigação secular de manter a fachada respeitável de Cristãos Novos ou judeus renegados que sempre foram e nunca admitiram.

Sempre ouvira o meu pai dizê-lo, mas a minha mãe só o admitira depois de passar os oitenta anos. Havia orações secretas e costumes judaicos passados de pais para filhos, durante séculos, que se foram perdendo sem jamais serem revelados.

O medo da Santa Inquisição (1536-1821) mantinha-se quase duzentos anos após a sua extinção.

Tal como o clavicórdio também a casa está degradada. Parte do teto da cozinha velha, nas traseiras, ruiu. Cedeu às inclemências do tempo, do primitivismo da construção, e ao abandono forçado dos seus donos decíduos. Revoltou-se o teto contra a ausência da sua função protetora da família que já não é nem está. Há muito que pedia obras, mas a minha avó nunca estava disposta a gastar mais do que o estritamente necessário e, mesmo assim, sempre a reclamar com o meu avô que tentava manter a casa em bom estado. Tivera o meu avô (falecido em 1974) de contentar-se em mandar colocar remendos e soluções improvisadas para evitar a ira antidespesista da avó.

Desde que fora construída, a habitação familiar da Eucísia nunca fora uma casa rica. Os meus avós maternos lá passavam seis meses e a outra metade do ano na casa no Porto. Nunca fizeram as obras que deviam. A minha avó resmungava sempre que não valia a pena enterrar mais dinheiro ali, as obras foram sempre remendos e a casa, sem nunca perder a sua qualidade original, aguentou-se mal depois de ficar desabitada após a morte da minha avó em 1989.

Se, a seu devido tempo, aquela casa tivesse sofrido as obras indispensáveis de que carecia nunca teria chegado tão rapidamente a este estado decadente. Um cunhado meu, cedo morto, bem quisera transformá-la em Turismo Rural, numa época em que essa palavra ainda não entrara no vocabulário quotidiano português. Já, mais acima, a Quinta de família alberga agora uma unidade de turismo rural explorada por uma prima minha.

A minha tia-avó que foi a última a viver sempre ali, até à morte, uma das últimas daquele ramo familiar, faleceu em 1994 pouco antes de eu regressar ao torrão natal. Desde então o enorme casarão familiar, com as suas cinco portas

de entrada, uma por cada segmento da casa, fora vítima de um lento e doloroso processo de partilhas que demorou mais de dez anos a terminar. A herança deixou-a mais dividida e degradada que dantes. Ninguém lá habita nem quer habitar.

Era eu um dos únicos a viver no distrito, entre 2002 e 2005. Eterno sonhador, acalentei a romântica esperança de ter dinheiro para a resgatar, antes que desabasse. Queria restaurar a casa e equipá-la com os confortos modernos de que nunca dispôs. Infelizmente esses amores e as recordações juvenis não chegaram para concretizar tal desiderato.

Os vidros da frontaria estão partidos há anos e a cal esmaecida deixa antever o reboco de paredes grossas, com quase um metro de espessura. As portas apresentam fissuras dada a idade avançada da madeira sem ver a cor da tinta ou verniz que as pudesse conservar. Uma certa atmosfera de casa repudiada desde o falecimento da minha última tia-avó em 1994.

Na aldeia nunca houve muitos pastores e o das Casa Mortas (obra de Daniel de Sá) estava na Beira Alta sem poder cuidar desta casa. Os que podem não querem e os que querem não podem financeiramente reabilitar a velha mansão. Ficaré perdida nos seus escombros sem nada a assinalar a sua existência a não ser estas palavras em sua homenagem. A herança não está resolvida. Não se pode vender, nem há a eventualidade remota de alguém a querer comprar.

A aldeia aguarda a morte dos mais idosos para ficar como tantas outras, pelo país fora, abandonadas, cheias de histórias por contar. Um monte de casas em diferentes estádios de degradação lentamente regressando à posse da mãe natureza. As janelas defenestradas já demonstravam a ruína do grande casarão. As palomas haviam metamorfoseado a casa de banho em pombal. Ali onde fora o meu quarto de dormir durante anos. Lentamente, a arquitetura animal que os aracnídeos e roedores prontamente edificam, assenhoreava-se dos recantos ainda prenhes de mistérios e de sigilos.

O telhado da cozinha velha, talvez caísse de vez. As traves desafiavam as leis da gravidade.

Era vital que aquele escaninho da memória e das memórias fosse resguardado do camartelo e da violação por olhares estranhos. Como se as pedras pudessem falar ou revelar segredos insuspeitos. Como se se perdesse a virgindade dos sonhos. Talvez se desbaratassem os últimos idílios. Sem eles qual o valor da vida humana? O espírito desses tempos áureos nada mais era do que uma miragem na falsidade da memória humana. Apagara-se o riso de crianças e adultos. As reprimendas, invetivas e outras admoestações haviam sido silenciadas. O gargalhar feliz e despreocupado das crianças urbanas, sempre assarapantadas com as suas descobertas rurais, tinha-se ido com o vento. Não era mais que um murmúrio, um sussurro, por entre as frestas da madeira avelhentada e carunchosa.

Quem se recordaria dos meus temores noturnos ao atravessar o velho casarão às escuras, por entre tremelicantes sombras que a vela de estearina projetava nos altos tetos?

Onde pairava o som das cigarras e o silêncio das longas noites sem televisão nem rádio, nem luz elétrica, apenas entrecortado por conversas longas, recordações de outras eras e jogos de salão?

Quem mais recordaria os foguetes das romarias e Festas anuais, a procissão pascal e sua parafernália de colchas adamsadas nos janelucos, donde se atiravam os verdes para a rua atapetando o percurso que o senhor padre iria percorrer?

De noite, a vela ou castiçal, com que eu percorria os vastos aposentos da casa, que o meu bisavô construira em meados do século XIX, recortava ilusórias sombras nos tetos trabalhados de madeira rica e bem altos.

O medo era a resposta juvenil para as sombras cheias de mistérios por descobrir. Desenhavam-se figuras fantasmagóricas saídas dum qualquer livro de terror, daqueles que nunca se aventurava a ler pois ficava logo com pele de galinha. Até os cabelos se punham literalmente em pé. Havia uma tapeçaria africana com leões que particularmente o aterrorizava no meio dessas sombras. Não podia dar parte de fraco, nem dizer que tinha medo. Ia a rezar pelos longos corredores. A fingir que via figuras agradáveis e não aqueles monstros a contorcerem-se sobre a minha pequena sombra. Uma vez tentara ir mais depressa, mas as sombras galopavam, à minha frente, ainda mais ameaçadoras. Outras vezes, andando devagarosamente quase consegui iludi-las. Mas estavam lá todas, conspirando para me esperarem desprevenido. De dia nunca as encontrara.

Na cozinha havia sempre uma lamparina com o pavio embebido em azeite. Era a principal fonte de iluminação. Uma invenção do tempo dos romanos que ali perdurava. O candeeiro a Petromax era caro e raramente usado, a menos que houvesse visitas importantes.

Ao lume, um enorme caldeirão negro sempre pronto. O fogo só se apagava pela noitinha pois servia para o pequeno-almoço, almoço, merenda ou lanche, jantar e ceia. A água guardava-se em cântaros de barro. Os de latão viriam muito mais tarde.

Nas traseiras da casa havia uma enorme ânfora, de metro e meio de altura que armazenava tudo. Até azeitonas. Ficava mesmo por baixo da lendária figueira – favorita da minha mãe - cuja data se perdia na memória dos vivos de então, e que sempre fizera as delícias da minha mãe. Fora aquela ânfora centenária ostensivamente roubada por uma das primas ricas na sua voragem de tudo arrebanhar.

Em férias não havia burros nem burras suficientes para transportar a água necessária. Era preciso acarretá-la em grandes quantidades para depois aquecer ao lume. Tomavam banhos diários, um hábito deveras estranho para as pessoas da aldeia, que, raramente, o faziam. Para os de imersão usava-se uma larga tina cinzenta, de latão, feita pelo ferreiro lá do sítio, e depois pintada de esmalte branco, onde se podia tomar banho de semicúpio. Tudo feito com tempo e paciência que isto de pressas era só para os da cidade. Na aldeia tudo tinha uma velocidade diferente.

Só voltaria a encontrar essa mesma vertigem quando me mudei para os Açores. Também no arquipélago o tempo era mais lento, como se tivesse parado na década de 1950 ou 60 e se recusasse a aceitar a inabalável voragem do progresso.

A água potável vinha da fonte da Gricha que ainda hoje dá água para o lavadouro público. Por cima, perdura a mais romântica, pequena, mas carismática fonte da Grichinha.

Hoje está modernizada com tosca escadaria cortada na rocha a poucos metros dum lampião elétrico que ali implantaram, acabando com as memórias dos namoros furtivos seculares ali ocorridos. Uma dúzia de degraus de xisto levavam agora os poucos turistas que ali se aventuravam até essa fonte de mil tradições, em plena aldeia das feiticeiras com umas meras dezenas de habitantes.

Insisto em falar nestas andanças por tempos de juventude, porque recordo os bailaricos pirosos no salão de Bombeiros e as festas típicas e as procissões na Eucísia. Terá a ver com a anamnese do ritual da missa em que as cadeiras e genuflexórios dos homens da família se situavam em lugar mais elevado, em pleno altar, e os genuflexórios das mulheres da família, mais abaixo, mas à frente dos lugares do povo?

As missas eram prolongadas e chatas seguindo o velho ritual em latim mesmo quando no resto do país as missas já eram parcialmente em Português. Nessas ocasiões a igreja era pequena para tanta gente e – mais tarde, na década de 1960 - surgiram altifalantes, cá fora, em volta da igreja, para os que não cabiam na igreja poderem acompanhar as rezas.

Hoje já não há pessoas, nem fiéis, nem altifalantes, nem padre que só ocasionalmente aparece para uma missa mensal ou missa de defuntos nalguns meses do ano, ou nem isso. Os sacerdotes já não se deslocam às paróquias a pé ou de burro. Apesar da facilidade e modernice do automóvel, parece que dispõem de menos vontade para se moverem. Até os clérigos se aburguesaram e acomodaram, como a restante sociedade. Dantes, chovesse, nevasse, fizesse sol escaldante ou frio, nunca faltavam a uma celebração dominical, era essa a sua sagrada missão. Agora andam demasiado ocupados em tarefas menos importantes que a salvação das almas.

Depois dos padres, até as bruxas e feiticeiras se foram. Nem almas há para arrebatar. A emigração para França, Luxemburgo e Suíça (década de 1960) desertificou-a. O progresso civilizacional de migração costeira atraindo jovens para as cidades acabou o trabalho. Perderam-se mais de 700 pessoas em cerca de 40 anos. Hoje, a média das idades supera os 70 anos. Pouca gente, ou já mesmo ninguém, se recorda de mim e já não há vizinhos. A terra os levou a todos para o cemitério da aldeia ou outro qualquer.

Quem podia esquecer aquelas pirosas (na época ainda não havia “música pimba”) danças no salão dos Bombeiros alfundeguenses ou as Festas típicas em honra do santo da aldeia, onde eu aprendera um povo que desconhecia. Na pequena e ora despovoada aldeia da sua avó materna encontrara rituais senhoriais da família Gama, a do célebre engenheiro Camilo Mendonça, onde se ia prestar vassalagem quando ali se chegava para férias.

Não posso precisar quantas vezes estive na Eucísia (talvez todos os anos entre os 5 e os 17), mas lembro, em particular uma Páscoa, talvez as das imagens abaixo em 1959, quando se juntaram todos todos os tios, primos e primas, do clã Magalhães, desde Alfândega da Fé ao Azinhoso, Mogadouro, ao Sendim da Ribeira, ao Porto e a Vila Real quando a A enorme sala de jantar velha (que fora o quarto do meu bisavô) era pequena para tanta gente. Estava a abarrotar e até se conseguira encher a mesa comprida de doze lugares na sala de jantar nova na parte da casa dos meus avós. Havia duas cozinhas a funcionarem. As enormes salas de jantar cheias de gente. Essa será sempre a única Páscoa da sua vida que consegue evocar. A família toda junta, coisa importante e hoje raramente vista.

Essa é aliás a única Páscoa da minha vida que consigo recordar bem, apesar de ser ainda muito jovem. Todas as outras celebrações pascais se perderam na voracidade do anonimato e da rotina. Ou então condensei todas essas Páscoas numa só.

Aquela perdurou, assim como a comunhão solene de uma primiza no Azinhoso, na Páscoa de 1962, onde também estiveram todos, quase enchendo todos os quartos e camas disponíveis nesse outro enorme casarão. No dia seguinte a refeição foi na pequena casa da Quinta cuja varanda era pequena para tanta gente como se pode ver na foto.



A varanda da Quinta em 1982 e

na Páscoa 1959

A apanha das cerejas era de maio a junho e nessa nunca pudera tomar parte em virtude do calendário escolar. Apenas me lembrava de comer cerejas da nossa produção local, e deliciar-me com o extraordinário doce de ginjas que dali saía pela mão da minha tia-avó Ema, a mais nova. Ela mesma se encarregava de as despachar para correrem meio mundo para me encontrar em Timor e em Macau. Uma iguaria da qual apenas a memória conserva cheiros e sabores. À Austrália não podiam, porém, chegar, pelas severas limitações à entrada de quaisquer alimentos naquele continente.

A Eucísia foi também berço de muitas criadas ou de servir à mesa (ou empregadas domésticas como hoje se tem de dizer para se ser politicamente correto) em casa dos meus avós ou na nossa, com nomes exóticos tais como Delmira e Delmina. Que lá na terrinha já havia uma América e uma Argentina que ainda eram nossas parentes. Vinham tomar conta da minha irmã ou servir à mesa em casa dos meus avós.

Eram jovens, muitas vezes acabadas de fazer a 3ª classe de instrução primária, tímidas, encavacadas pelo bulício citadino, que se sentiam sempre como um peixe fora de água e que mal podiam, asinha regressavam à terra natal. Nem uma só quis ficar no Porto, essa cidade das pontes com mil luzes e atrações. Por volta dos quinze ou dezasseis anos regressavam para ajudarem a família e buscarem noivo.



chrys 1957 póvoa de varzim (9) A DELMIRA 1957



chrys 1957 póvoa de varzim

Creio que li, entre muitos outros livros, toda a coleção de 78 livros de Júlio Verne (em versão de 1886) nessas férias, na varanda de casa com vista para o vale da Vilarça. Apesar da velha *orthographia* oitocentista, nunca dei conta de que essas leituras embotassem os meus

dotes de escrevinhador e – por isso – ainda hoje me custa a entender os opositores do Acordo Ortográfico de 1990, devem ser muito retardados.

Na Eucísia, podia, às escondidas, namoriscar as moçoilas da aldeia, repetir paixonetas mais típicas de uma obra de Camilo, Eça ou Júlio Diniz do que de meados do século XX. Podia até sentir-me personagem de um qualquer desses livros deles, imaginar que as cenas que lia podiam muito bem terem acontecido ali. Ler e reviver as leituras. Achava piada ao modo de falar delas, às histórias simples do quotidiano rural de que elas falavam. Nunca esqueci alguns cognomes de alguns dos mais jovens: havia o "Pincha Púcaros" sempre a saltar de poça em poça e um outro que era muito alto a quem chamávamos o "Gambias".

Havia ainda o beijo atrevido a uma prima em pleno jardim de Alfândega da Fé quando tinha uns 15 anos, que tantas memórias me deixara, bem como os ressentimentos. Foi um beijo, um pouco furtivo, mas espontâneo e acalorado, à prima Lili (Julieta Fabião) em pleno jardim. Um beijo para guardar na memória de férias, mas que me causara enormes ressentimentos como bom cristão pecador que ainda era. Logo me apressei a confessar ao sacerdote. Escapara apenas com umas Ave-maria e Padres-nossos e acabara por esquecer esse ósculo. Há mais de quarenta anos que não vejo nem sei dessa prima.

Corri pelos trigais, rebolando nos fenos empilhados, sentando-me no chão à noite a admirar as mil e uma estrelas desconhecidas que só existiam em livros e cujos nomes lera sem jamais as ter observado. Para além do silêncio pungente dessas noites, ouvia bem cedo em cada manhã, a chiadeira dos carros de bois.

Ouçõ como se fosse hoje essa chiadeira dos carros de bois que ainda mantenho viva no meu subconsciente auditivo.

Não era tanto na Eucísia, mas no Azinhoso, Mogadouro, onde eu era mesmo capaz de distinguir a quem pertenciam os bois pelo chiar das carroças atulhadas de feno que ali passavam.

Mantinha vivo no meu subconsciente, esse lancinante grito dos eixos mal oleados que se escutava muito para além da sua passagem enquanto se afastavam na sua rotina de itinerários agrícolas entre os campos e as lojas. Sobretudo no Azinhoso em que acordava bem cedo com esse som perene na estreita rua que saía para norte da Igreja e acompanhava a casa da tia-avó.

Essa chiadeira ecoava lentamente nas pedras da calçada, por entre as casas, e dava-me conta de que a aldeia fervilhava de vida e esperava por mim para as descobertas infindas de toda essa natureza, os meus passeios a pé, por montes e vales ou montado num burro ou numa mula na revelação dos mil e um mistérios que as aldeias sempre encerram para quem cresceu no bulício citadino.

Mas a verdade é que estas férias eram o epítome da liberdade ou antes, a libertação do da educação rígida do resto do ano, apanágio da alforria do jugo paterno. Era a liberdade de poder andar no campo, brincar e jogar à bola com outros jovens lá da aldeia, correr pelos trigais, sentar-me no chão à noite a admirar as mil e uma estrelas desconhecidas que só vira em livros.

Os jovens com quem mais brincava na Eucísia, por serem da minha idade e estarem em férias (porque os outros andavam na lavoura), tornaram-se nos primeiros licenciados da aldeia fora do clã da família Camilo de Mendonça ou da família Magalhães, na década de 1970. Tratava-se do Lionel (hoje engenheiro) e o irmão Viriato (hoje médico) a quem os da aldeia chamavam Russo por seu loiro.

Vim a saber, ao chegar aos Açores, que ainda éramos parentes, facto que me foi ocultado na altura, por causa de casamentos de nível social diferente que a família não aceitava, por não ser um matrimónio inter pares. Coisas que se não contavam: casamentos fora do esteio familiar ou com castas diferentes, não eram então tolerados ou perdoados. Daí resultava tratarem esses

parentes como estranhos. Haveriam de surgir muitos mais na família, com a liberalização dos costumes na década de 1970 e 1980, mas já sem esse opróbrio

Após a longa viagem que temos vindo a recriar por estradas que ainda hoje perduram vigiando de longe as novas rodovias e vias rápidas, chegava-se à Eucísia com uma sede imensa que só podia saciar-se ao beber a fresca água da Grichinha, fonte milagreira em plena terra das feiticeiras. Ninguém podia jamais esquecer a imagem bucólica do Vale da Vilariça (antes da construção da barragem nos anos 70 ou 80) quando da varanda de casa me deleitava com ela enquanto devorava os livros de Júlio Verne e outras leituras de férias. Vira rostos e tradições do tempo dos Cristãos Novos, ainda hoje envergonhados da sua herança marrana.

Assisti com pesar, numa tarde bem quente em 2004, ao dismantelar dos velhos e senhoriais móveis da sala de jantar dos avós. Evoquei um leilão de escravos, sem saber porquê. Eram cobiçados por primas da grande cidade. Comparei aquilo a um ataque da marabunta sobre tudo o que aparentasse ser velho ou ter algum valor. Ali estava eu, impotente, sem os poder comprar para, seguidamente, os libertar. Eram ambicionados pela prima do Azinhoso e suas milionárias filhas, da grande cidade, cujo único fito na vida é amealhar e comprar. Reproduzir dinheiro como quem multiplica coelhos.

Foi doloroso voltar a percorrer aqueles salões, os quartos pequenos nos baixos, ao lado das lojas do rés-do-chão, a enorme sala de jantar com vista para o Vale da Vilariça, o salão onde dormi pela última vez em 1988 (ou seria 1990 ou 1992?) agora que a casa estava esventrada de móveis. Os olhos humedeceram ao visitar os baixos onde dormi, em criança, nas férias da Páscoa quando os primos e os tios também lá iam. As lojas, no andar térreo, onde dantes se acumulava o azeite e seu vasilhame estavam limpas e vazias, já ninguém matava o porco, ninguém colhia o azeite. Já não havia colchas nem lençóis de linho para a procissão pascal, depois dos dias de silêncio e de dieta forçada.

Nesses dias ninguém comia carne pois era um pecado que os levava a todos para a autoestrada do inferno. Felizmente Bento XVI acabaria por decretar em 2008 que o Inferno não existe. Ufa, que alívio. Era a vingança de tantos temores infantis sempre ilustrados por imagens do catecismo que graficamente lhe haviam implantado por volta dos sete anos e que ainda hoje o arrepiavam, mesmo sem crer. Tanto remorso inútil, tanto arrependimento desnecessário por que passara, tanto sentimento de culpa supérfluo.

Por entre as grossas paredes revivi memórias agradáveis de tempos e de gentes que já não voltam mais, admirei-me com os finos tabiques que separavam os dois quartos na casa dos avós. Regressei temporariamente a um passado alegre e sem preocupações. Senti saudades. Sei bem o significado da palavra como já não o experimentava desde que cheguei a Timor, trinta e cinco anos antes. São as saudades que mantêm os sonhos vivos, dissera-me a outra avó paterna, um dia.

Há sessenta anos, ainda existia a vergonha de se dizer que se descendia dum abade, cónego ou padre, tão comum a tantas famílias da região. Uma mescla de respeito, medo e veneração ao Cristianismo, que se impusera primeiro aos mouros da rica Alfandagh, para depois ser temporariamente mesclado com judeus que fizeram desta uma zona bem rica, antes de sofrerem os efeitos da conversão forçada e a clandestinidade, quando não a morte, o exílio ou a Santa Inquisição.

Hoje, séculos depois do êxodo judaico, a região está mais pobre do que nunca, sem a riqueza assinalável que a história descrevia no tempo de romanos e de mouros. Perdiam-se também as histórias de princesas e mouras encantadas, sem avós que as contassem pois já não há netos ou netas nas terras abandonadas.

Depois de falar em clero, nobreza e fidalguias não podia eu, ironicamente, deixar de evocar a retrete ali existente em tempos da sua infância e juventude. Era um buraco circular, aberto, em tábuas de madeira, que descarregava para uma fossa séptica no andar térreo, mesmo por baixo da varanda das traseiras, com vista para o Vale da Vilariga.

Não era preciso autoclismo apenas uns tantos jornais ou o luxo urbano do papel higiénico.

A “nova” casa de banho (ora transformada em pombal desde que a janela empenada se recusou a fechar e deixou entrar as pombas) foi construída no quarto que eu ocupava quando ia para lá.

Data do final da década de 1960.

Nessa época ainda não havia água canalizada. Só mais tarde chegou o gás butano em botijas para aquecer o precioso líquido. A burra ia, dezenas de vezes ao dia, com os cântaros à fonte buscar água para beberem e para se lavarem. Em casa, nem nos terrenos anexos que desciam a encosta, não havia fonte artesiana ou outra. As águas municipais só haveriam de chegar décadas depois, já, ia alta a revolução dos cravos.



chrys 1982 eucisia (3) Em 1982 a casa ainda tinha alguma dignidade (à direita)

Na aldeia, toda uma miríade de insetos e outros pequenos animais, lentamente se empossava da enorme propriedade. Os animais pressentiam, ou antes sabiam, que vivalma ali entrava agora que eu emigrara para as ilhas...Fora eu com os meus sonhos e deambulações peripatéticas que ao longo de três anos mantivera o espírito da casa sempre vivo, contra o silêncio e ausência dos restantes proprietários.

Tal como gerações de vários nativos da aldeia em tempos idos, também eu me fui nesse vórtice impiedoso que a vida de cada qual impele para onde existe trabalho. Acalentara a utopia de recuperar o velho casarão, de lhe fazer obras, modernizando o interior e os confortos, sem perder a traça original e a sua simples fachada oitocentista onde sobressaiam janelucos pouco maiores que seteiras. Depressa me apercebi que, mau grado a idade, jamais deixara de ser um sonhador.

A dura realidade trazia-me sempre de volta à mesquinha contabilidade dos números e cifrões. Ao voltar a terra firme essa mesma realidade trazia-me de volta à mesquinha contabilidade dos números e dos cifrões. Aprendi que custava menos construir uma casa nova, de raiz, do que recuperar aquela. Para nenhuma hipótese tinha financiamento capaz. Depressa me dei conta de continuar poeta. Além disso, havia o problema das partilhas que se arrastam por décadas. Todos querem acrescentar uns míseros tostões aos vinténs que já têm. No caso vertente, nem isso, apenas havia uma parte interessada. A outra apenas se manifestara contra a

venda sem apresentar soluções ou alternativas. Na sofreguidão de tudo querer, seria responsável pelo abandono e incúria a que a não-venda votara a casa.

Entrementes, a existência tem de ser envelhecida onde existe trabalho e não onde as memórias e o respeito pelos antigos mandam. Sem querer, sem quase o pressentir o destino viera e ditara-me novo rumo. Dum dia para o outro deixei os sonhos de parte. Nunca os devia ter retirado do baú das memórias de infância, deviam lá ter permanecido para sempre. Muitos deles foram perpétuos acompanhantes pelas quatro partidas do mundo (Timor, Macau e Austrália).

Foi assim, que um dia tive de partir, de novo, no vórtice impiedoso que a vida impele. Embarquei dessa ilha transmontana onde vivemos de 2002 a 2005, para arribar no meio do Oceano Atlântico, num arquipélago da antiga Atlântida, mais conhecido pela sua história de fogo e outras calamidades, meros montes cataclísmicos flutuando à deriva entre a Europa e a América.

Deixei para trás os vestígios de roedores e suas marcas fecais onde outrora pousaram mãos de crianças. Tantas ali nasceram e quase todas morreram já, sendo a minha mãe uma das últimas dessa geração. Há toda uma miríade de insetos e pequenos animais, que, lentamente, se empossam da habitação. Os bichos pressentem, ou antes sabem, que vivalma ali entra agora que eu partia...

Fora eu com o meu profundo amor àquela terra e à memória dos seus avoengos quem manteve o espírito da casa sempre vivo, com os meus sonhos e deambulações peripatéticas por projetos de reabilitação imobiliária. Ideias que nunca saíam do papel para onde não chegariam sequer a ser transpostas. Contra o silêncio e ausência dos proprietários e verdadeiros herdeiros. A casa dos meus sonhos fora fantasiada pelos meus bisavós e seus descendentes, toda a prole se fora sem deixar rasto e idêntico fim estava reservado ao vetusto casarão.

Não adianta sonhar. Dificilmente a casa aguentará muitos mais invernos. Acabará por tombar como os seus donos anteriores. Cairá para o lado, para dentro ou para fora. Desabará como um baralho de cartas, assim sem aviso ou alerta. Não o saberei logo que hoje estas notícias demoram a chegar de aldeias desabitadas. Se cair para a rua terão de levar as máquinas e escavadoras para retirar todos os pedaços dos meus sonhos, perdidos e escaqueirados em mil pedaços.

Tudo por causa de um primo direito meu, co-herdeiro juntamente com a minha mãe, que por entender que o casarão valia mais, não a vendera quando havia outro primo interessado. Assim se desvaneceu a hipótese de ser restaurada e permanecer na família. Depois de ela ruir não faltará muito para acontecer o mesmo ao resto da aldeia.

Ficará abandonada enquanto as ervas e demais vegetação medrarão nos escombros tal como aconteceu ao majestoso templo de Borobodur em Java (Indonésia) desaparecido na selva durante 500 anos até ser (re)descoberto em 1814... (ver [crónica 10.3](#))

A escola primária, onde eu tanto gostaria de ter andado, foi encerrada há muito. Serviu, depois, para albergar a Casa do Povo e a Junta de Freguesia. No toural, nem animais nem gente. As crianças já não riem, não galhofam, nem brincam no meio da rua. Há muito que ali não vivem, nem mesmo se veem as que vinham de férias das Franças e Araganças, da Suíça, Luxemburgo e Alemanha, até essas deixaram de vir. O trânsito retornou ao fluxo dos anos quarenta ou cinquenta. Apenas um ou outro carro se digna acordar a aldeia da sua pacatez.

Um dos locais mais ativos da aldeia é o cemitério onde os poucos vivos ainda continuam a ir mudar as flores na campa e a dizer algumas preces, não deixando que as ervas daninhas se apoderem das tumbas dos antepassados. Até um dia em que mais ninguém ali vá derramar uma lágrima ou uma súplica “in memoriam”.

Mais acima, na Rua Direita que por acaso bem torta é, mantém-se ativa e relativamente bem conservada na aparência, a velha casa solarenga dos Gama ainda ocasionalmente ocupada pela presença de uma descendente octogenária. Os Gama e Mendonça eram aqueles a quem na infância eu tinha de ir prestar vassalagem. Nunca o esqueci e mencionei-o sempre que pude desde que apresentei o Cancioneiro Transmontano em 2005. Eram Morgados de Vilarelhos, antigos donos do Cachão, obra inacabada e majestosa, que o 25 de abril matou juntamente com o sonho de tornar a região rica e agricolamente independente. Fora criada pelo Eng.º Camilo de Mendonça, um visionário.

Construções novas houve, após um breve surto de regresso de emigrantes. Mas isso fora nos anos 80, na sequência da febre do 25 de abril, quando todos sonhavam com a riqueza infinda que a revolução dos cravos ia trazer às cooperativas agrícolas. Nem revolução, nem cooperativa nem regressos de emigrantes salvou aquelas terras condenadas pela falta de visão estrutural dos líderes políticos, esses pequenos reizinhos do oportunismo democrático que vivem monarquicamente almofadados no conforto fascista de Lisboa. Vive-se a era da ditadura democrática cujo fim único é dilapidar o país e as suas instituições a troco de uns cobres que Judas aceitaria.

A Quinta da família (vulgo “A Quinta”) criada no tempo do meu bisavô, ainda ocupa todo o monte à entrada da aldeia, à esquerda de quem desce. É tão grande como a aldeia toda. Toda a enorme área da Quinta está na posse da família há gerações, mas foi-se subdividindo numa dúzia de parcelas, com as mortes e heranças até ao fim do século XX, embora agora esteja dividida – creio eu que apenas por dois primos -, ocupa toda a encosta do lado sul da aldeia, descendo até aos lameiros.

Recordo sempre o esticão que era ir a pé e subir as escarpas íngremes no caminho para a "Quinta" com o seu portão de pedra brasonada. Outra recordação dos quentes verões ali passados, na década de 1960, era ir tomar banho nos tanques de rega dentro da quinta, fazer piqueniques com a prima Beatriz Licínia e amigas, ir a pé até ao cimo da aldeia para ver a deslumbrante paisagem e, em especial o inesquecível pôr-do-sol da capela de S. Sebastião sobre os montes vizinhos e o vale da Vilarça.



a casa dos tios na Quinta agora em versão Turismo Rural, 2015

A Quinta ainda tem agricultura e produz alguma coisa para a prima Beatriz Licínia que a herdou e lá vive. Disseram-me em 2015 que essa prima, junto com o filho e nora, converteram a pequena casa de habitação, e dois silos implantados mais acima, numa unidade

de Turismo Rural, acrescentando uma piscina no local donde antes todos se banhavam nos tanques de rega. (ver <https://www.bedandbreakfast.eu/bed-and-breakfast/eucizia/bela-vista-silo-housing/1433272/>)



silos



chrye 1982 eucizia (52)



chrye 1982 eucizia (17)

Quinta 1982

A outra metade da Quinta, pertence a um primo septuagenário (o Manel das Arábias, irmão dos que vivem em Ponta Delgada) que já não tem tempo nem disposição para cuidar dela. Era ele quem iria comprar todas as casas do grande casarão do bisavô, na Eucísia, e reconstruir. Ficou-se pelas duas ao lado da parte dos meus avós e já nem a nossa parte quis, agora que os dinheiros amealhados nas plataformas de petróleo se foram, gastos pela mulher e filhos...

Já não há por aqueles lados quem ande à jeira. Mesmo com dinheiro vivo para pagar não há quem trate dos campos. Aqui, nem romenos nem moldavos se aventuram, pois deve ser demasiado parecido com os seus países de origem. Talvez valesse a pena investir em iraquianos ou afegãos para manterem estas terras produtivas. Os frutos morrem de pé nas árvores que os produzem. Esta região, fértil desde o tempo pré-romano, sempre viveu dos campos, mas ora está a esvaír-se de gente e de agricultura. Sem escolas, sem sangue novo, sem crianças, sem casais novos que se queiram fixar. Para quê, pergunta-se? Resta esperar que os poucos sobrevividos se vão de vez, para ficar mais deserta.

João Nigel, o meu filho mais novo por lá andou, em visitas várias, na busca incessante de pequenas recordações que pudessem acompanhar-me no desfiar das memórias que ora trago à estampa. Fartara-se de beber água da Grichinha para ser feiticeiro. Perguntava sempre quantas vezes tinha de beber até se tornar num mago. Troçava do primo da mesma idade, o Pispis, que raramente lá ia e por isso jamais se iria tornar num bruxo da Eucísia, terra de feiticeiras. Acreditava piamente que quanto mais água da Grichinha bebesse, mais hipóteses teria de se transformar num.

Histórias antigas que talvez venha a guardar como o eu que, sistematicamente, insistia em regressar a origens que nem são geograficamente minhas. Porque assumo a ascendência transmontana se apenas lá ia em férias na juventude? Porque esqueço toda a matriz regional geográfica do local onde estudei e vivi a juventude? Porque adotei como minha, em idade madura, a terra da minha mãe e avós maternos? Há aqui, decerto um problema de identidade conflituosa que se esgrime e cuja solução foi encontrada nesta identificação tardia com a minha meninice. Seria isto a que a minha mulher se referia? Jocosamente comentara, que o meu problema existencial era saber qual venceria o duelo, eu ou o meu alter ego.

Recordarei sempre esse hábito (medieval?) de colocarem as colchas adamascadas pendentes das ventanas. Essas janelas, pequenas como seteiras, a que chamávamos “janelucos” eram demasiado exíguas para dois adultos verem os andores. Dispunham de pequenos assentos, um de cada lado, onde a minha avó e as tias (raras vezes) se sentavam a ver quem passava, tricotando ou crochitando. Desses “janelucos” também as criadas pressurosas deitavam os “verdes” para a rua (folhas frescas apanhadas nas imediações, eram só verdes e não desenhos elaborados de verdes e flores como aqui nos Açores) aquando da passagem de toda e qualquer procissão, mas especialmente a pascal.

Havia sempre o momento alto das celebrações, que era esperada cerimónia do benzer da casa, o padre, o sacristão e seus acólitos subiam os 13 degraus e no hall de entrada lá estavam a provar mais um cálice do melhor vinho do Porto de casa, diante da família toda reunida para receber as bênçãos que os iriam manter santificados nos próximos doze meses. Consigo sorrir ao imaginar como não estaria já “animado” o padre ao chegar à nossa casa, que ficava no começo da aldeia já junto à Igreja. Ou então ele parava lá no início da procissão antes de percorrer o resto da aldeia? creio que seria isto e devia chegar à igreja bem “animado” pois quase todas as casas teriam, se não Vinho Porto, um produto de confeção local para lhe dar a provar. Todas essas benzas, bênçãos e benções não chegaram para salvar a família das leis inexoráveis da morte, assim como não bastaram para salvar a casa, mas serviam, então, para manter viva a fé dos crentes que ali habitavam e delas necessitavam.

Além dos arraiais e Festas dos santos populares, merecia especial relevo nas minhas memórias transmontanas, a apanha e o descasque da amêndoa. Era feita numa arrecadação, ao cimo da estrada privada que dava para a “Quinta” e junto à casa desta. A amêndoa era espalhada

no chão em serapilheiras. Os jovens ajudavam. Os mais velhos e os assalariados trabalhavam no duro noite adentro. Havia cantigas. Contavam-se histórias de antanho, verdadeira tradição oral popular que preservava a história de todo um povo.

Naquela época vivia-se em pleno museu, todos brincavam aos agricultores e comungavam as dádivas da natureza. Ninguém sabe apreciar o que tem até que seja demasiado tarde. As pessoas que vivem no Paraíso não o sabem e desdenham dele em busca de coisas diferentes. São sempre os forasteiros que têm de lhes dizer como é bela a terra onde vivem

Enquanto hoje em dia as pessoas pagam para ir ver as amendoeiras em flor, como quem vai a um museu ou ao zoológico, ali naquela época, todos brincavam aos agricultores, comungando dessa dádiva da natureza. Antigamente, para além de a mão-de-obra ser mais barata, a amêndoa pertencia ao ciclo rico do agricultor, numa época tinha a amêndoa, noutra o vinho e noutra havia o azeite.

Ultimamente, o fogo tem sido responsável pelo desaparecimento de vastas áreas de amendoal, muitas delas já abandonadas.

Como se trata de uma cultura pouco rentável os produtores substituíram-na pela vinha.

Antigamente, a mão-de-obra era mais barata e a amêndoa pertencia ao ciclo do agricultor.

Numa época havia a amêndoa, a seguir o vinho e noutra o azeite.

Metade dos produtores de amêndoa do Alto Douro já não fez colheita em 2006. A razão simples e unânime: Não compensa.

Quando termina a época de apanha de amêndoa, é habitual ao percorrer a região, ver amendoais inteiros onde se adivinha que no próximo ano, as novas flores aparecerão ao lado dos frutos antigos.

A apanha das cerejas era de maio a julho. Nela, nunca pude tomar parte, em virtude de ocorrerem após a Páscoa o que impossibilitava a minha presença por colidir com o calendário escolar. Lembrava-me bem de as comer, de me deliciar com o extraordinário doce de ginjinha que dali saía pela mão da minha tia-avó Ema Jesuína. Ela mesma se encarregava de o despachar para correr meio mundo. Foi assim que esses frascos de compota caseira me encontraram em Timor e, mais tarde, em Macau. Uma iguaria da qual apenas a memória conserva cheiros e sabores. À Austrália não puderam chegar pelas severas limitações à entrada de quaisquer alimentos naquele continente. Assim criei o mito das ginjinhas mais saborosas do mundo.

Havia ainda para evocar nestas memórias, um nome de mulher. Havia sempre, nestas coisas de revisitar passados reais e imaginários, uma mulher misteriosa que ocupa a mente do herói do livro, um secreto namorico juvenil de férias com a tão núbil Benilde, nome de deusa, mas mera filha do antigo caseiro lá de casa que descrevo adiante em mais pormenor.

Neste caso ficou sempre a imagem, mais imaginada do que real, muito difusa e mítica de uma jovem mulher de tranças, ainda adolescente, de longos cabelos compridos e um nome a evocar lendas medievais. Platónica imagem de sorrisos trigueiros e olhos amendoados de promessas por cumprir. Uma jovem saudável e sorridente, sem quaisquer reminiscências com a homónima “Benilde ou a Virgem Mãe” sobre a qual José Régio escrevera em 1947.

Era filha dum antigo caseiro do avô. Tinha um irmão, bem mais velho, emigrado em França que vinha todos os anos de férias, num deles serviu para mostrar o seu novo Peugeot 404, símbolo de sucesso na vida dura de escravo de patrões franceses.

Depois de cada jantar, ainda o sol ia alto, saía apressado, sem entrar em detalhes, para ir ter com ela. Reparti muitos dos meus primeiros poemas e mais estrelas ainda partilhei com ela. Pedia ao tempo para parar e tornar eternos esses momentos, cheios da magia de amores juvenis

impossíveis e, por isso mesmo, mais desejáveis. Ambos, esparramados ou deitados sobre o feno, à margem da estrada acima das casas mesmo à entrada da aldeia em frente à Quinta, num tempo em que as ruas eram apenas iluminadas pela loura Phoebe (deusa da lua na Mitologia) e tudo em nossa volta estava negro como breu.

Não só cuidávamos de defenestrar os silêncios entrecortados de cigarras e grilos, como admirávamos os tremeluzentes faróis disfarçados por entre as árvores, lá ao longe, no alto do monte, na estrada poeirenta da Junqueira para Alfândega da Fé. Eram raras as viaturas e menos ainda as que se aventuravam de noite. No silêncio dessas noites estreladas podíamos ver as viaturas ao longe nas cumeadas de outros montes, ora aparecendo, ora desaparecendo, furtivamente, uma luz aqui, uma acolá. Dava para distinguir se era uma viatura ligeira ou pesada, calculando o tempo que demoravam a percorrer pequenos troços do horizonte noturno. Sabia-se de onde vinham e para onde iam, podia até adivinhar-se se eram forasteiros ou locais pela sua velocidade.

As conversas trespassavam dois mundos que nunca se entrecruzavam: o meu, citadino com experiências e vivências localmente desconhecidas e o mundo da jovem aldeã de braços fortes, ancas bem torneadas não demasiado largas, pernas firmes, mas levemente musculadas e peitos bem airosos, habituados às duras lides agrícolas e da casa e do campo. Um belo espécime feminino concebido com um físico saudável que não temia maleitas ou doenças para poder ajudar os pais no sustento da casa.

Não teve a Benilde tempo para grandes estudos, além da terceira ou quarta classe feita com o apoio da minha tia-avó Adelina Hermengarda, que fora mestre-escola, aliás regente escolar de quatro gerações na aldeia da Eucísia. Mas tinha interesse em saber de outros mundos e vivências. Gostava de ler sub-repticiamente qualquer livro, que em casa dela não havia muito disso. Gostava dos poemas delicados deste jovem autor, queria saber da vida na grande cidade, desse mundo por descobrir, cheio de mistérios e de coisas novas e diferentes.

Tempos sem malícia nem sordícia que a ingenuidade dos anos não deixa esbater. Foi ali que vi realmente as estrelas, pela primeira vez com olhos de ver, e me dei conta do tamanho do firmamento, acreditando no infinito do universo.

Nunca soube o que acontecera à família e muito menos à atraente Benilde com quem partilhei esses sonhos proibidos na idade em que tudo ainda é possível e nada parece inalcançável. As minhas tias até achavam piada àquele meu encantamento com uma mulher da terra, evento que sempre enriquecia as suas conversas quando eu não estava presente, e a pacatez rural em que viviam.

Hoje andaria provavelmente emigrada, casada com outro despojado dessa ou doutra aldeia, teria engordado desmesuradamente, atando os cabelos ainda longos, mas já esbranquiçados num carrapito atrás e seguida por um ror de filhos com netos ranhosos e barulhentos. Ou talvez não.

Tudo o que pudesse ter sido sonhado se esvaíra e nem na memória teria ficado guardado, que a vida não se compadecia com esses devaneios. Embora a casa dela ainda lá continue, jamais vi viva alma nas minhas incursões à aldeia no século XXI e não havia já viva alma a quem perguntar sobre o destino da jovem que ali compartilhara estrelas, estirada nos trigais na berma da estrada em noites de luar.

O edifício sobradado mantivera-se igual. O alpendre da varanda mudara de madeira para cimento e ferro numa clara concessão ao modernismo que infestara toda a aldeia e vira mamarrachos de ferro forjado e alumínio, substituir fachadas ancestrais e originais.

De que ilusões teriam falado dois adolescentes naquelas noites sussurradas? Que sonhos acalentariam, que loucas poesias e utopias teriam escrito? Palavras que a brisa noturna levava com os pirilampos a acenderem céus de idílios, mitos e fantasias. Nem eu sabia já. Por mais que me esforçasse a sua imagem aparecia esbatida, sem rosto, apenas os cabelos entrançados ou soltos e longos ao vento e um eterno sorriso, feliz e aberto de ponta a ponta.

Como eu ainda não fumava, tivera a novel experiência de trincar uma palha seca ao canto da boca, como eram dantes caricaturados os aldeões. Pensava que se o fizesse estaria integrado no meio ambiente que me cercava.

Só agora, muitas décadas depois, pude revisitatar tais memórias. Era obviamente tarde demais para recordar fosse o que fosse, e conquanto vivesse agora noutra aldeia rural aqui nos Açores, rodeado por vacas alpinistas, montes verdes e um mar imenso, os tempos eram outros, a idade também e mesmo à noite as estrelas me parecem bem menos brilhantes e em menor número...

Depois, as férias terminaram, o ramerrame quotidiano da vida na cidade tinha-se imposto às recordações desse verão. Havia o Liceu, as aulas, as exigências da vida na grande urbe, as solicitações várias, e todos esses sonhos, promessas e utopias tinham ficado escondidos no negrume das noites sem estrelas da grande cidade.

Deverão ser vistas apenas nesta feição?

Representarão algo mais do que essa libertação inatingível?

Serão uma mera recriação mitológica que a saudade da distância intercontinental matizou em tons rosa?

Não será apenas a voz mais forte desse apelo inelutável que é o regresso às origens e raízes de cada um?

As raízes não estão onde as queremos, mas onde as sentimos. O reencontro anunciado e desejado com a terra onde se foi feliz?

Teriam sido os momentos de ventura de mim enquanto jovem?

Dias e meses em que as mentiras e hipocrisias da sociedade urbana não molestaram?

Ou seria aí o limbo da inocência perdida?

